



Zonas de expansão e investimento do agronegócio na América do Sul



GRAIN | Setembro 2020

Descremos abaixo o processo de digitalização, titulação e financeirização das terras nas cinco *zonas de expansão e investimento do agronegócio* identificadas para a América do Sul: a Orinoquia ou os Llanos Orientais na Colômbia; o Matopiba no Cerrado brasileiro; e as regiões no curso da rota de escoamento da Hidrovia Paraná-Paraguai: os departamentos de Santa Cruz de la Sierra e Beni nos bosques secos chiquitanos na Bolívia, o Chaco Seco Paraguai e o Chago Argentino.



1990
2020
30
GRAIN

INSTITUTO FEDERAL
Balano
Campus
Valença

**LLANOS COLOMBIANOS, CHIQUITANIA
GRAND CHACO ARGENTINO E PARAGUAIO
E CERRADO BRASILEIRO**

América do Sul

Pesquisa e elaboração:
GRAIN e IF Baiano, campus Valença, Bahia
Data: agosto de 2020 / Base digital: IBGE
Fonte: HDX-OCHA/UN (data.humdata.org); ANA-Brasil; GRAIN
Datum Geodésico: SIRGAS 2000
Projeção: Albers Equal Area Conic
Cartografia: Eduardo Barcelos

BRASIL – Matopiba

O Brasil é um dos principais alvos de pressão para a expansão da fronteira agrícola no mundo, em especial na última década (Agrostat, 2020)^{1 2}. Dos 236 milhões de ha de área agropecuária no país, 193 milhões de ha foram destinados para pecuária e 35 milhões de ha à soja (34 milhões de ha de soja transgênica) em 2019, pressionando, sobretudo, as terras e os povos da região da Amazônia Legal, do Cerrado (com seus mais de 300 povos distintos entre povos tradicionais do campo e das florestas) e suas zonas de transição^{3 4 5 6}.

¹ Entre 1961 e 2015 o Brasil incorporou 133 milhões ha para uso agropecuário, ao passo que diminuiu sua cobertura florestal de 76% para 58.9%, sendo o país que mais desmata no mundo in GRAIN. *Brasil: Pacto contra a biodiversidade e os territórios dos povos*.2019. Disponível em <https://grain.org/e/6278>

² Em 2013, a China passa a ser o maior parceiro comercial do Brasil ultrapassando a UE, saltando de 7% em 2005 para 32% do total das exportações do setor em 2019. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

³ Brasil é responsável por 20% das exportações mundiais de carne bovina, sendo o maior produtor mundial, com 213,7 milhões de cabeças. Disponível em: <http://abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2020/> e <http://abiec.com.br/exportacoes/>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

⁴ O Brasil responde hoje por 80% das exportações de soja no mundo, o equivalente a 77 milhões de toneladas, tornando-se também o maior produtor em 2020, com 126 milhões de toneladas Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/soja/soja-preco-producao-exportacao-2020/>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

⁵ O Brasil segue sendo o segundo maior em área plantada com transgênicos, com 51,3 milhões de ha. Além da soja, o milho modificado ocupa 15,38 milhões de ha, o algodão modificado 1 milhão de ha e a cana-de-açúcar, 400 mil ha, plantada pela primeira vez no Brasil. Disponível em: Disponível em: <http://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/54/executivesummary/default.asp>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

⁶ Savana tropical mais biodiversa do mundo e caixa d'água de onde nascem as três maiores bacias hidrográficas sul americanas, o cerrado brasileiro é constituído por territórios de gestão coletiva de mais de 300 distintos povos e comunidades tradicionais, como os povos os Kraô Kanela, Gamela, Guarani Kaiowá, Xavantes, Terena, Xacriabas, Apinajé, como também comunidade quilombolas e as comunidades extrativistas, vazanteiros(as) e ilhéus, geraizeiros, as comunidades de fundo e fecho de pasto, as quebradeiras de coco babaçu, dentre inúmeros outros.



Beira do canal em Petrolonia, PE, o cercamento da água para irrigação de grandes fazendas é feita por segurança privada e drones, para impedir os moradores de acessar a água. Crédito fotográfico : Portal internet do Estado de S. Paulo

Entre 2006 e 2017, 16,5 milhões de hectares foram convertidos pela atividade agropecuária, sendo apenas a soja responsável pela expansão da fronteira agrícola em 12 milhões de ha nos últimos 10 anos (FAOSTAT, 2018). Tal expansão se refletiu no aumento da concentração de terras no país, em que 1% das propriedades rurais ocupam 47,6% do campo brasileiro (Censo Agropecuário, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 2017⁷).

Atualmente, no Brasil, o Cerrado é tido como a principal zona de expansão e investimentos das cadeias globais de valor do agronegócio, e responde por aproximadamente 45% da área agropecuária nacional, produzindo 52% da soja do país⁸. Surge em consequência, pela primeira vez,

⁷ Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outubro de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acessado em 20 de agosto de 2020.

⁸ Em 1975, o Cerrado respondia por 9% ou 540 mil há da soja plantada no país; 20% da área colhida com milho, 22% da área de algodão e 25% de cana de açúcar. Em 2015, saltou para 52% ou 17,4 milhões de ha com produção de soja, 49% da produção de milho, com 7 milhões de ha, 98% da produção de algodão e 49% da área com cana de açúcar, com 5 milhões de ha. In EMBRAPA, INPE e IPEA. Dinâmica Agrícola no Cerrado. Análises e projeções 2020 p. 42 e 44 -45. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/212381/1/LV-DINAMICA-AGRICOLA-CERRADO-2020.pdf>

áreas maiores do que 1 milhão de hectares de soja colhida, como em Alto Teles Pires e Parecis no estado do Mato Grosso, Barreiras na Bahia e no sudoeste Goiano⁹. Não por outro motivo, cerca de 50% dos cerrados foram desmatados ao longo dos últimos 40 anos com a perda de 31% de sua população rural: em média 3,6 milhões de pessoas foram expulsas do campo para ocupar as periferias urbanas¹⁰. E o processo de expulsão do campo segue na região, das 10.362 famílias despejadas por conflitos pela terra em 2019, 61% foram nos estados que compõem o Cerrado, 1.061 despejos no Matopiba¹¹.

No início dos anos 2000, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), apontou o Cerrado *como a mais importante zona de expansão agrícola mundial deste século*¹². Na década seguinte, o Matopiba passa a ser definido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos como *“a mais recente fronteira agrícola no Brasil”* (USDA/2012), tendo grande parte de suas terras e infraestrutura logística organizada por conglomerados agroindustriais estrangeiros, como o ABCD do agro, a chinesa Cofco Agri até atores exógenos ao setor, como fundos de investimentos estrangeiros, a exemplo do *Teachers Insurance and Annuity Association of America*- TIAA e Harvard Endowment (GRAIN, 2020); Brookfield Asset Management, Cresud Mitsui, Mitsubishi, Valiance Capital, Private Equity Patria

⁹ Ibid. p.40- 41 e 43. Ver também mapa dos estados com maiores concentrações de terra: <https://www.beefpoint.com.br/desigualdade-da-distribuicao-de-terras-no-pais-e-uma-das-mais-altas-do-mundo/>. Acessado em 11 de setembro de 2011.

¹⁰ Lemto-UFF in Carlos Walter Porto Gonçalves. *Dos Cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico*. CPT e FASE, 2019.p.26. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/12/PUBLICACAO_CERRADO-2.pdf

¹¹ Dos 32 Assassinatos, 9 ocorreram nas principais zonas de expansão de agronegócio no Cerrado (Bahia, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), e 12 no estado do Pará, por onde trafegam os principais corredores logísticos para exportação da soja, carne e minérios no país até os portos de Barcarena e Santarém. (Comissão Pastoral da Terra- CPT. *Cadernos Conflitos do Campo*. 2020. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads-2/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>

¹² Landers, 2001, p.39 apud. Diana Aguiar. As veias abertas para a expansão do capital: tensões territoriais no projeto de transformação do Tapajós em corredor logístico. UFRJ.2019, p. 84.

Investimentos/Blackstone, eentre outros. (CHAIN REACTION RESEARCH, 2018)^{13 14 15 16 17 18 19 20}.

O Matopiba nasce como zona de expansão alternativa ao Mato Grosso, principalmente devido ao baixo preço das terras, à maior proximidade dos portos para a exportação de soja, assim como pelo relevo plano de suas chapadas, com a fácil inserção de mecanização intensiva e a abundância em água, o que leva o Cerrado a ter hoje 78% do total dos pivôs centrais do Brasil, quase 90% no oeste do estado da Bahia^{21 22 23}.

Não demorou para o governo brasileiro dar as bases para a efetivação do projeto Matopiba como zona de expansão e investimento prioritária do

¹³ Acrônimo que se refere a uma região de 73.173,485 hectares que ocupa partes dos estados do Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI), BA (Bahia), no nordeste do Brasil.

¹⁴ ADM, Bunge, Cargill y Louis Dreyfus.

¹⁵ A Cofco Agri é um dos braços da estatal chinesa Cofco International, produtora e comercializadora nas cadeias globais de fornecimento de grãos, oleaginosas, café e açúcar. O conglomerado comprou 100% do capital da Noble Agri e controla as plantas, silos e armazéns da Nidera nos investimentos da América do Sul. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/>

¹⁶ Grilagem de terras de Harvard no Brasil é desastre para comunidades e alerta para especuladores, 2020. Disponível em: <https://grain.org/e/6458>

¹⁷ Brookfield Asset Management é um fundo de investimento canadense presente no Brasil há cerca de 120 anos e tem no país a sua primeira praça de investimentos.

¹⁸ A Mitsui é um dos mais importantes conglomerados do Japão. Atuam na cadeia agroalimentar e em serviços financeiros. No Brasil, investem em terras em uma joint venture com a SLC Land Co. em duas fazendas em São Desidério (BA), e Porto dos Gaúchos (MT). Também controla a Agrícola Xingu que possui terras em São Desidério (BA).

¹⁹ A Mitsubishi Corporation é representada no país pela sua subsidiária Agrex do Brasil. Atuam como produtores, fornecedores de insumos agrícolas e proprietários de terras no Maranhão, Tocantins e Piauí, contabilizando cerca de 28 mil hectares. Disponível em: <http://www.agrex.com.br/nossos-negocios/producao-agricola>

²⁰ De acordo com o relatório da CCR, esses fundos financeiros controlavam 868.488 ha de terras na região do MATOPIBA. Embora se saiba que essas cifras estão subestimadas.

²¹ Agência Nacional de Águas (ANA). Levantamento da agricultura irrigada por pivôs centrais no Brasil (1985-2017), 2019, p.19. Disponível em: https://www.ana.gov.br/noticias/ana-e-embrapa-identificam-forte-tendencia-de-crescimento-da-agricultura-irrigada-por-pivos-centrais-no-brasil/ana_levantamento-da-agricultura-irrigada-por-pivos-centrais_2019.pdf

²² Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1002769/caracterizacao-ambiental-das-areas-com-agricultura-irrigada-por-pivos-centrais-na-regiao-do-matopiba---brasil>

²³ Nos últimos cinco anos, 63 mil boletins de ocorrência foram abertos em delegacias do País por causa de brigas por água. Ao longo de 2019, a CPT registrou 489 conflitos pela água com o envolvimento de 69.793 famílias, crescimento de 77% com relação a 2018 in *Caderno Conflitos no campo de 2019*. Comissão Pastoral da Terra (CPT), abril de 2020. Há desde poços guardados pelo Exército a lagos vigiados por escolta armada e canal cercado por muros. Disponível em: <http://www.correiodopovoal.com.br/index.php/noticia/2020/02/02/pais-tem-63-mil-ocorrencias-policiais-por-disputa-de-agua>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

agronegócio sobre os territórios do Cerrado. Por meio do Decreto 8.447/2015, o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-MATOPIBA) passa a criar políticas de financiamento sobre os cerca de 73 milhões de hectares entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia a fim de ampliar a infraestrutura logística e aplicação de inovação tecnológica para a expansão da fronteira agrícola.



Comunidade do Cajueiro (MA) no Brasil lutando por seu direito a existir teve suas casas destruídas para a construção do porto privado na região pela construtora WTorre em associação com a Corporação estatal chinesa CCC - Communications Construction Company.

Foto: Vias de Fato@Midia Ninja

Importantes projetos foram realizados na região, com a pavimentação e construção de rodovias e ferrovias nos últimos 40 anos. Contudo, são nos anos 2000 que se observa uma maior investida dos capitais estrangeiros na trama logística e de infraestrutura, visto que só no Matopiba, a área de soja aumentou de 1 milhão para 3,4 milhões de ha entre 2000 e 2014, chegando aos atuais 7,8 milhões de ha (safra 2019/2020), o que em produção significou um aumento de 4.028% em 25 anos.²⁴

²⁴Disponível em: https://www.inputbrasil.org/wp-content/uploads/2016/11/A-Expans%C3%A3o-da-Soja-no-Cerrado_Agroicone_INPUT.pdf. Consultado em 11 de setembro de 2020.

Os principais modais de infraestrutura e logística (rodovias e ferrovias) que atravessam o Matopiba buscam integrar a região aos principais portos, sobretudo das regiões amazônicas, considerados alguns dos mais importantes complexos portuários para exportação de soja no país^{25 26}. Embora fora da zona do MATOPIBA, a BR 163, que liga Sinop (Mato Grosso) ao Porto de Miritituba, em Itaituba (PA), é uma das principais rotas da soja e do desmatamento no Cerrado e na Amazônia, que conta com terminais privados de distintos atores estrangeiros, como a Bunge e Cofco Agri²⁷. O porto de Miritituba contou com o financiamento do fundo de Private Equity Pátria Investimentos, controlado pelo fundo global americano Blackstone, hoje administrado por eles, que também tem a concessão para ampliação da BR 163²⁸.

Também a Ferrovia Norte – Sul é uma das principais vias de ligação com rodovias no centro do Brasil para o escoamento da produção de soja para a região do Matopiba, ligando o pátio de Açailândia, no Pará, à Estrela d'Oeste em São Paulo. Alguns trechos da ferrovia foram concedidos à Rumo Logística S.A, principal braço logístico da Cosan, parceira na imobiliária rural Radar Propriedades S.A, com um dos maiores fundos de investimentos/pensão com aplicação em terras no Brasil - o TIAA, em especial no Matopiba.

Digitalização da terra por cadastro ambiental como base para regularização fundiária. Esta demanda para liberar cada vez mais terras para

²⁵ Como apontam os dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), entre os 10 portos mais importantes (volume) para exportação de soja, 5 estão localizados na Amazônia, quais sejam: Barcarena (PA), Itaqui (MA), Itacoatiara (AM), Santarém (PA) e Porto Velho (RO). Disponível em: <https://www.cartadebelem.org.br/noticias/>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

²⁶ A exemplo das BRs 158 e 153 que ligam o centro-oeste e o sul do país ao porto de Itaqui (MA). Essa dinâmica logística nos portos da Amazônia também favorecem a elevação da monocultura de soja nos próprios territórios por onde passam rodovias e ferrovias e nos portos. O território tradicional do Cajueiro no Maranhão onde coexistem mais de 600 famílias agroextrativistas há cerca de 200 anos, vem sendo transformado em verdadeira zona de sacrifício destes povos para o avanço de estruturas logísticas e instalação de grandes empreendimentos da cadeia da mineração e do agronegócio. A situação se agravou a partir de 2014 com implementação de um novo porto privado na região pela Construtora WTorre, em parceria com a corporação China Communications Construction Company (CCCC), estatal chinesa com capital aberto e de caráter multinacional, destinado à exportação de commodities como milho, soja, fertilizantes e derivados do petróleo. Ver Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Disponível em: <https://semcerrado.org.br/campanha/>

²⁷ O porto administrado pela Hidrovias do Brasil, pertencente ao Pátria e Blackstone, conta com investimentos do Temasek, fundo de investimentos canadense e do International Finance Corporation, braço de investimentos do Banco Mundial.

²⁸ O Pátria Investimentos possui terras nos estados da Bahia, Tocantins e Mato Grosso.

produção de commodities e para o mercado de terras, vem gerando forte disputa para a privatização de terras públicas, devolutas e de povos e comunidades tradicionais, aumentando os conflitos no campo²⁹. Dos 851 milhões de hectares do país, 53,1 % do território nacional é ocupado por terras públicas, devolutas ou ainda por terras privadas com limitações ao exercício da propriedade, como os territórios quilombolas, como a vedação de sua venda no mercado de terras³⁰. De outro lado, cerca de 43,8% do território nacional é identificado como imóvel particular, inserido no mercado de terras.

O Banco Mundial vem investindo em diversos projetos nos estados do Cerrado e no Matopiba, visando uma uniformização da regularização ambiental e fundiária na região (tendo o Piauí como caso Piloto), como também para a digitalização da terra. Cerca de U\$ 45,5 milhões com recursos destinados às mudanças climáticas (Climate Change Mitigation Trust Fund) foi contratado em empréstimos apenas para a inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR)^{31 32 33}. Desde 2012, com a aprovação do novo Código Florestal, o

²⁹ *Conflitos no Campo Brasil*. CPT/2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5167-conflitos-no-campo-brasil-2019>

³⁰ 11% de Unidades de Conservação; 13,2% de Territórios indígenas homologados ou não; 0,4% de áreas militares; 6,4% de terras públicas não destinadas; 16,6% de terras devolutas; 0,2% de territórios comunitários (Assentamentos diferenciados ou Florestas tipo A); 4,9% de assentamentos de reforma agrária e 0,4% de quilombos com delimitação de área in Who owns Brazilian lands? Sparoveck et al. Land use police nº 87, 2010. Atlas da Agropecuária Brasileira (Imaflora/Geolab/Esalq). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837719304077> ou em: www.imaflora.org/atlasagropecuaria.

³¹ Em janeiro de 2020, o Banco anunciou mais U\$ 15 milhões de dólares em empréstimos aos estados que compõem o chamado MATOPIBA in *Matopiba vai receber US\$ 15 milhões do Banco Mundial para investimentos em 2020*. Parlamento Piauí, 22 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.parlamentopiaui.com.br/blogs/paulo-oliveira-pincel/matopiba-vai-receber-us-15-milhoes-do-banco-mundial-para-investimentos-184403.html>. Acessado em 29 de abril de 2020.

³² O atual projeto “Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social” (projeto nº P129342), de 120 milhões de dólares, até 31 de dezembro de 2020, inclui cerca de 5 milhões para o "fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imobiliários", incluindo explicitamente "agricultores de médio e grande porte" no processo de regularização. Ver em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/423181468213891806/pdf/PID-Print-P129342-12-01-2015-1448983947229.pdf>

³³ *Projeto Federal Pro Cerrado* (P150892), de 2015-2018, inclusive com apoio para reformas legais e inscrição de 3,7 mil pequenos agricultores e 280 médios e grandes proprietários rurais (U\$ 4.3 milhões/Climate Change Mitigation Trust Fund); *Projeto de regularização ambiental dos imóveis no Cerrado* (P143334), de 2015-2021, para inscrição e georreferenciamento dos imóveis no CAR e integração no SICAR de 23 mil médios e grandes agricultores e 190 mil pequenos agricultores (U\$ 32,4 milhões BIRD/Strategic Climate Fund Credit para diversos estados do Cerrado e no Matopiba); assim como projetos específicos com os estados do Piauí (P143362) e Bahia (P143376), de 2014-2017 (U\$ 4.4 milhões para cada estado, DEFRA e Climate Change Mitigation Trust Fund. Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/>

CAR se tornou obrigatório para regularidade da função socioambiental dos imóveis rurais no país.



Assim como nos demais países analisados, foi realizada uma massiva digitalização com georreferenciamento da localização e tamanho dos imóveis

rurais, assim como das áreas ambientais protegidas obrigatórias por Lei no CAR. Como as informações para a inscrição no cadastro ambiental são prestadas pelo próprio declarante, não se exigindo documentos comprobatórios da origem da posse ou propriedade dos imóveis particulares, inúmeras fraudes vêm ocorrendo visando a grilagem de terras. Por decreto, o Brasil hoje autoriza a regularização fundiária de até 1500 há por titular, com emissão de título de propriedade privada sobre terras públicas com base no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e informações autodeclaratórias³⁴.

Bancos e órgãos públicos vem negando a legalidade da inscrição dos territórios coletivos no CAR, exigindo a inscrição individual como imóvel rural particular para conferir acesso a crédito e a políticas públicas, o que vem gerando um verdadeiro *apagamento dos territórios coletivos do mapa*. Apenas 6 % do território cadastrável ou 34,5 milhões de hectares foram declarados como Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e territórios de povos e comunidades tradicionais, embora dados oficiais indiquem que apenas de territórios indígenas há 117 milhões de ha ou 13,7% do território nacional (FUNAI/2020).³⁵ Além disso, diversos cadastros foram realizados sobre a mesma área, o que gerou até março de 2019, 30% de área a mais cadastrada do que o território brasileiro passível de cadastramento (GRAIN, 2019), expondo o caos fundiário do país e legitimando um mercado de terras de títulos podres³⁶.

Também vem havendo massiva titulação individual dentro dos assentamento de reforma agrária, apenas em 2017 o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) emitiu 123 mil títulos individuais, um recorde em relação aos governos anteriores, cuja média entre 2003 e 2016

³⁴ Atualmente o Decreto 10.165/2019 e a Instrução Normativa nº 100/2019 do INCRA autorizam, contrariando a Lei, pedido de regularização fundiária de invasões de terras públicas para todo o país até de 05 de maio de 2014 e até 10 de dezembro de 2018 para compra direta na Amazônia Legal. Ver *Legalização do grande roubo de terras públicas no Brasil: agronegócio, desmatamento e o caldeirão de futuras pandemias*. 2020. Disponível em: <https://grain.org/e/6455>

³⁵ Dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Disponível em: <http://funai.gov.br/index.php/indiosno-brasil/terras-indigenas>. Acessado em 29 de abril de 2020.

³⁶ *Regularização ambiental e fundiária tensionam pela massiva privatização das terras públicas e territórios coletivos no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://grain.org/e/6219>

girou em torno de 20 mil títulos/ano, fenômeno que vem gerando ***mais proprietários e menos assentados***³⁷.

Além do CAR, os cadastros de terras digitais vêm sendo utilizados de modo fraudulento para tentar se encaixar na lei de regularização fundiária a chamada lei da “grilagem”.³⁸ Cerca de 91% do território nacional foi autodeclarado como *imóvel rural particular* no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), aumento de 1/3 de 2016 a 2018, desde a edição da chamada “Lei da grilagem”³⁹. Além do mercado de terras sobre títulos podres, estes cadastros como lastro para emissão de títulos de propriedade facilitam a emissão de títulos financeiros para garantias e contrapartidas dos financiamentos privados com dívidas lastreadas em patrimônios criados sobre os imóveis rurais.

Digitalização e Financeirização da terra, dos recursos naturais e do sistema agroalimentar. Está em curso verdadeira financeirização da terra, dos recursos naturais e do sistema agroalimentar no país, principalmente por meio da estruturação de um sistema de crédito financiado pelo mercado de capitais e não mais dirigido pelo Estado, o que demanda uma cada vez maior liberação da terra como propriedade privada, principal garantia dos financiamentos e uma desburocratização dos processos de regularização fundiária, para conferir maior celeridade nos processos de titulação⁴⁰.

³⁷ Juliana Malerba e Girolamo Treccani. “*Mais proprietários e menos assentados. Como e por que a atual política fundiária ampliará a concentração de terras.* FASE. Rio de Janeiro, 2010. https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/12/terra_territorio_n1-3.pdf

³⁸ Desde 2016, a chamada “Lei da grilagem” autoriza o perdão do crime de invasão de terras públicas ocorridas até 22.07.2018 com até 2500 ha na Amazônia Legal, inclusive por empresas, mediante pagamentos muito abaixo do valor de mercado. a Lei passa a permitir a privatização em favor de grandes proprietários de até 55 milhões de ha de terras públicas federais não destinadas, localizadas em regiões de territórios indígenas e comunidades quilombolas.

³⁹ Paulo Alentejano. *O mistério do crescimento exponencial das terras cadastradas no Incra e a MP 910: prenúncio de um crime em andamento*, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/alerta-grilagem-de-terras-dispara-no-pais/>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

⁴⁰ De acordo com as informações do Ministério da Economia, só no ano de 2019 havia cerca de R\$ 160 bilhões aplicados em LCA, R\$ 40 bilhões em CRA e R\$ 9 bilhões em CDCA. in Junior Aleixo. *A Lei do Agro e a busca por uma 'nova safra de proprietários.* Disponível em: <https://jornalggn.com.br/desenvolvimento/a-lei-do-agro-e-a-busca-por-uma-nova-safra-de-proprietarios-por-junior-aleixo/>

A emissão de novos títulos como as Cotas de Reserva Ambiental (CRA) lastreadas nas áreas de vegetação nativa georreferenciada pelo CAR⁴¹, o mercado de crédito de carbono⁴², assim como a reformulação dos títulos já existentes do agronegócio como ativos financeiros ou valor mobiliário emitidos também sobre serviços ambientais, inclusive em moeda estrangeira (Lei do Agro 13.986/2020⁴³), possibilita a garantia de lucros não apenas a partir dos serviços agropecuários tradicionais, mas, também, pelos “serviços ambientais” através do mercado de capitais⁴⁴.

A Cota de Reserva Ambiental (CRA), assim como os inúmeros títulos do agronegócio (Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA; Cédula do Produto Rural – CPR e CPRF; Cédula Imobiliária Rural – CIR, dentre outros) passam a ser transacionados no mercados financeiro, como bolsas de valores, balcão e derivativos, facilitando assim, a entrada de investidores institucionais não bancários no setor. Tais títulos financeiros garantem reserva de “patrimônios rurais”, como a terra (ou fração dela), a safra futura ou mesmo os serviços ambientais, para saldar as dívidas do agro, colocando a terra e recursos naturais nas mãos de poucos investidores do mercado de capitais, principalmente estrangeiros.

A digitalização da governança da terra através do vínculo entre cadastro georreferenciado e o registro de imóveis passa a ser o novo *lastro*, como também *meio* eficiente para transacionar os novos valores sobre a terra como ativos mobiliários nesta fase digital da economia financeirizada. O Matopiba é um caso concreto capaz de demonstram a estreita conexão entre digitalização, titulação e financeirização da terra, recursos naturais e da cadeia agroalimentar.

⁴¹ Como o CAR é autodeclaratório sem prazo de verificação das informações e do georreferenciamento por lei, estes títulos verdes podem nascer podres (sub prime). Segundo índice da Bolsa de Valores Ambientais BVRio, 1 CRA ou 1 ha de vegetação nativa pode variar entre R\$ 3 mil reais (US\$600 dólares) e R\$ 50 reais (US\$ 10 dólares), a depender do bioma, do estado e do valor da terra, o que significa um mercado de no mínimo 9 bilhões de reais (cerca de 2 bilhões de dólares).Disponível em: <https://grain.org/e/6219>

⁴² Decreto 10144/19, art. 3, IX - a formulação, a regulação e a estruturação de mecanismos financeiros e de mercado para fomento e incentivo à redução de emissões derivadas de REDD+

⁴³ Caso dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA. Este último passa a poder ser emitido por pessoas jurídicas que exerçam atividade sobre produtos florestais, extrativos e da aquicultura, além da atividade agrícola e pecuária.

⁴⁴ A escrituração destes novos títulos vem sendo cada vez mais lançada em sistema eletrônico pela autoridade financeira autorizada, cujas transações e obrigações são realizadas de forma digital, barateando e acelerando as negociações de valores sobre a terra.

COLÔMBIA – ORINOQUÍA

A Colômbia foi o primeiro experimento de reforma agrária assistida pelo Mercado (RAAM) na América Latina implementada pelo Banco Mundial (Lei 160 de 1994) tendo como principais objetivos liberar a terra do controle das elites locais, principalmente pelo narcotráfico, através da garantia de títulos de propriedade privada.



Planícies, Colômbia. Foto: www.lacoladerata.com

O Censo Nacional Agropecuário em 2014 demonstrou que a Colômbia é o país com uma das maiores concentrações de terras da América Latina: 81% da terra no país está concentrada em 1 % das explorações agropecuárias⁴⁵ ⁴⁶. Além disso, cerca de 67% dos 7 milhões de hectares que estão em produção no país, encontram-se em 0,4% de propriedades acima de 500 há.⁴⁷

⁴⁵ _Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica. Informe 2018. p.186. Disponível em: <https://www.servindi.org/actualidad-noticias/06/07/2019/un-nuevo-informe-sobre-el-acceso-la-tierra-y-territorio-en-sudamerica>. Também ver: <https://www.eltiempo.com/economia/sectores/desigualdad-en-la-propiedad-de-la-tierra-en-colombia-32186>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

⁴⁶ Dado atualizado pela OXFAM, conforme censo de 2014, ver tabela em: *Un millón de hogares campesinos en Colombia tienen menos tierra que una vaca*, 2018. Disponível em: <https://sostenibilidad.semana.com/impacto/articulo/concentracion-de-la-tierra-en-colombia-el-1-por-ciento-de-las-fincas-mas-grandes-ocupan-el-81-por-ciento-de-la-tierra/40882>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

⁴⁷ Censo Agropecuário Nacional de 2014, p. 65. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/images/foros/foro-de-entrega-de-resultados-y-cierre-3-censo-nacional->

Dinâmicas de concentração fundiária vem ocorrendo no território colombiano, principalmente devido à ausência de políticas redistributivas por meio da recuperação de terras privadas ilegais e da suspensão de novas aquisições para destinar aos beneficiários prioritários (povos indígenas, comunidades afrodescendentes, camponeses vulneráveis e vítimas do conflito)⁴⁸. Com o foco da política na destinação dos *baldios da Nação*, sem limites quanto ao tamanho para a destinação às entidades públicas para exploração mineral, assim como para usufruto de empresas especializadas do setor agropecuário em Zonas de Desenvolvimento Empresarial (ZDE), há verdadeiro processo de *landgrabbing* legal no país⁴⁹. Especialmente após o Acordo de Paz com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) em setembro de 2016 e o compromisso de implementação de uma Reforma Agrária Integral para a restituição dos cerca de 7 milhões de hectares objeto dos deslocamentos forçados pelo conflito armado, há uma verdadeira disputa das áreas de pós-conflito entre o mercado de terras de baldios e sua destinação para as vítimas do conflito⁵⁰.

A acumulação irregular de *baldios* é especialmente intensa na região da Orinoquia ou Llanos Orientais, principalmente na Atillanura, **considerada a última fronteira agrícola da Colômbia**⁵¹. A região é historicamente ligada à pecuária extensiva improdutiva, com a decorrente especulação no valor da terra (chegando a aumentos anuais de até 130%, segundo Fedepalma),

[agropecuario/CNATomo2-Resultados.pdf](#). Ver também: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/agropecuario>

⁴⁸ Em 2019 não houve criação de Zonas de Reserva Camponesas pela Agencia Nacional de Terras e não há meta para titulação dos territórios coletivos para povos indígenas e afrodescendente no plano nacional de titulação, enquanto houve titulação de 5.635 imóveis privados em 2019. In *Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica*. Informe 2019, p. 182. Disponível em <http://www.biodiversidadla.org/Documentos/Acceso-a-la-tierra-y-territorio-en-Sudamerica-Informe-2019>. p. 182

⁴⁹ Os *baldios* são áreas que não provaram ser propriedade privada, são bens fora do comércio, inalienáveis, inembargáveis e imprescritíveis.

⁵⁰ Foram outorgadas apenas 253 resoluções de adjudicação para 1.753 há até março de 2019 para restituição de terras, conforme Procuradoria Geral da Nação *in Op.cit.* *Accesio a la tierra*. Informe 2019, p. 182.

⁵¹ Atillanura é uma sub-região da Orinoquia composta pelos municípios de Puerto López, Puerto Gaitán y Maripiripán no departamento de Meta e La primavera, Cumaribo, Puerto Carreño y Santa Rosalía em Vichada. Nesta sub-região as Unidades Agrícolas Familiares (UAFs), que são as unidades mínimas do imóvel rural, podem chegar a 1300 hectares.

detendo a maior concentração de terras do país, com imóveis acima de 10 mil hectares, principalmente ao longo dos rios Meta, Orinoco e Guaviare^{52 53}.

Várias foram as tentativas de modificação do regime de *baldíos* para ampliar a transferência subsidiada de terras públicas para grandes e médios proprietários até a regulamentação das Zonas de Interesse de Desenvolvimento Rural, Econômico e Social (ZIDRES) pela Lei 1.776 de 2016. Este novo instituto de ordenamento territorial permite a destinação de terras *baldías* por contrato/concessão por tempo indeterminado em favor da agroindústria e em detrimento da economia campesina. Além da concessão subsidiada de terras, as atividades instaladas nas ZIDRES passam a ser as principais destinatárias de benefícios de fomento e financiamento com linhas de créditos privilegiadas⁵⁴. Lei de 2019 ainda dispensa requisito de levantamento dos títulos dos imóveis na zona, assim como o de adequar o projeto agropecuário às políticas de segurança alimentar do país.⁵⁵

Dos cerca de 7,2 milhões de hectares (6,2% do território) autorizados para estabelecimento das ZIDRES, 5,5 milhões de ha estão nos Llanos Orientais, sendo 4,8 milhões nos departamentos de Vichada (34% de todo o departamento) e Meta (33% do departamento), principais departamentos da ecorregião. Essa região conta com projetos de infraestrutura, como é o caso da construção da supervia que conecta Puerto Carreño, capital do departamento de Vichada, ao Oceano Pacífico, no Porto Buenaventura, um dos principais

⁵² Em que pese 40% do território colombiano tenha aptidão agropecuária, apenas 19% é dedicado a agricultura, cerca de 7,2 milhões de há e 80,5% ou 40 milhões de ha para pecuária, sendo que 20 milhões destes tem potencial agrícola. In Censo Nacional Agropecuário, 2014. Já a Mineração e petróleo ocupava em 2012, segundo o Instituto Geográfico Agustín Codazzi, 6.6 milhões de há, sendo que 1,5 milhões seriam as melhores terras para agricultura do país (IGAC, 2012) in *Concentración y extranjerización de tierras productivas en Colombia*. FAO, Bogotá, 2017, p. 110. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7843s.pdf>

⁵³ A Federação Nacional de Cultivadores de Palma azeiteira (ou dendê) teve vários de seus membros indicados para cargos de chefia da Agência Nacional de Terras (ANT) e da Unidade de Recuperação de Terras (URT), mantendo esquema de portas giratórias entre grêmios e o Estado. In *Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica*. 2019, p. 192.

⁵⁴ As ZIDRES não podem ou não poderiam ser estabelecidas sobre as áreas prioritárias como os Resguardos Indígenas titulados ou em processo de titulação; territórios coletivos das comunidades negras; Zonas de Reservas Campesinas e ecossistemas estratégicos, parques naturais e áreas úmidas. Entretanto, a UPRA considerou os resguardos delimitados e aprovados pela ANT, excluindo as demais áreas reivindicadas *Áreas de referência para identificar ZIDRES, Metodología para estimación indicativa*, UPRA, 2018. P. 38-39. Disponível em: <http://bibliotecadigital.agronet.gov.co/handle/11438/8641>

⁵⁵ Decreto Lei 2106 que modifica a Lei 1776/16 das ZIDRES.

terminais portuários do país na exportação e importação de produtos agropecuários⁵⁶.

Como não há limite de tamanho da propriedade, de renda para os beneficiários e de tempo para os contratos de concessão de terras para a atividade agroindustrial nestas Zonas, assim como não há qualquer limitação para aquisição ou arrendamento de terras por estrangeiros no país, o estabelecimento das ZIDRES pretende consolidar os incentivos do estado para os investimentos estrangeiros diretos.^{57 58}

Dentre os atores estrangeiros com investimentos diretos em aquisição de terras estão a Cargill e o fundo Black River com aquisição ao que se sabe de cerca de 25 mil ha de terras nos departamentos de Vichada a partir das suas inúmeras subsidiárias, como a Colômbia Agro, a Monica Semillas (transnacional brasileira), a Poligrow, Cimentos Argos, Grupo Corona, entre outros, utilizando-se da compra e acumulação ilegal de *baldios* (OXFAM, 2013). Entretanto, é o crescimento da agricultura por contrato o principal instrumento de controle de terras agricultáveis hoje no país^{59 60}.

Sistema digital de governança da terra: cadastro multipropósito. Em 2010 a Colômbia criou um sistema eletrônico de cadastro sobre informações sobre o imóvel rural com georreferenciamento da área a fim de avançar em uma governança sobre terras no país, intitulado Cadastro Multipropósito. Até março de 2015, apenas 46% dos cadastros existentes encontravam sua matrícula correspondente no cartório de registro de imóveis e destes apenas 2% tiveram

⁵⁶ As Zidres alcançam também 5,5% da área do departamento de Casanare (404,4 há); 3,7% da área do departamento de Arauca (268,5 há). Op. Cit.FAO, 2017 p. 85-87.

⁵⁷ A Lei de terras colombiana (Lei 160 de 1994 e Decreto Lei 902 de 2017) impõe um limite máximo de tamanho de até 1 Unidade Agrícola Familiar (UAF) e de patrimônio (até mil salários mínimos mensais) para os beneficiários prioritários – campesinos, indígenas, comunidade afrodescendentes- das terras identificadas como baldias adjudicáveis.

⁵⁸ A identificação de investimentos estrangeiros diretos em terras na Colômbia é impossível devido a ausência de registro oficial, a falta de informação sobre o destino – qual departamento – assim como devido ao uso de países identificados como paraísos fiscais como origem dos recursos, como Suíça, Holanda, Luxemburgo, Panamá, Uruguai e Chile. Estima-se que entre 1% e 2% do IED seja no setor da agricultura, silvicultura, pesca e caça. Op.cit. FAO, 2017.p. 115-116.

⁵⁹ Black River CPF Nazareth Holdings LLC.; Black River CPF Colombia Agro LLC; Black River CPF el carriaco holdings LLC; Black River CPF La Anita; Black Rive CPF La Cartera; Black River CPF La Cristalina Holdings LLC; Black River CPF La Estancia Holdings; Black River CPF Los Gualandayes Holdings; Black River CPF RL Cariaco Holdings LLC.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/economia/reforma-a-ley-de-tierras-sin-camino-despejado/>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

correspondência de informação sobre o tamanho da área (Conpes 3641/2010). Cerca de 64% da área total cadastrada está com o cadastro desatualizado, podendo inclusive pertencer a outro titular⁶¹.

Isto se deve porque esta digitalização das informações sobre as terras nos cadastros se baseia em imagens de satélite e documentos e informações prestadas pelos próprios requerentes (autodeclaratório) sobre o uso e ocupação dos imóveis, sem exigir os documentos do registro público da propriedade para o imóvel rural. Assim como vem ocorrendo nos demais países analisados, estas informações contraditórias entre o sistema de cadastro e os sistemas registrais, vem gerando ainda mais insegurança jurídica sobre a situação das terras no país, colaborando para usos fraudulentos do cadastro para gerar direitos de propriedade.

Documento Conpes 3958/2019 vincula o cadastro multipropósito à política de administração de terras, o que sinaliza para a possibilidade de emissão de títulos com direitos formais de posse e/ou propriedade baseada neste sistema de cadastro multipropósito, facilitando processos de grilagem, acumulação ilegal de *baldíos*, e conseqüentemente, estimulando um processo crescente de desmatamento nestas áreas⁶². O ciclo da grilagem de *baldíos* com introdução da pecuária e depois monocultivos de palma azeiteira são os principais vetores de desmatamento no país⁶³.

⁶¹Op. Cit.FAO, 2017,p. 67 e p. 158.

⁶² De acordo com a matéria da BBC, quase metade do desmatamento em áreas de floresta nativa foi causado pelos processos de grilagem. Em 2017 o país registrou o maior número de área desmatada, cerca de 144 mil hectares de florestas. Disponível em: <http://especiales.presidencia.gov.co/Documents/20170422-boletines/boletin-5/asi-va-posconflicto.html>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

⁶³Torsten Krause. Reducing deforestation in Colombia while building peace and pursuing business as usual extractivism? 2020. Disponível em: <https://journals.uair.arizona.edu/index.php/JPE/article/view/23186/22401> Também a expansão da produção de coca que saltou de 78 mil em 2012 há para 109 mil ha em 2017 vem impulsionando o desmatamento na Colômbia.



Bovinos nas planícies. Foto: ©2011CIAT/NeilPalmer @Flickr

O Banco Mundial tem apostado no sistema de cadastros como forma de aperfeiçoar a formalização dos direitos de posse e propriedade e do mercado de terras por meio de uma governança digital e integrada entre os sistemas de governança das terras. Um empréstimo de US\$100 milhões através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) foi realizado para ser executado entre março de 2019 e janeiro de 2025, ano que se pretende terminar a atualização cadastral de 100% do território colombiano, para a implementação do cadastro multipropósito, com a emissão de 67 mil títulos, abrangendo 1,5 milhões de hectares⁶⁴. O plano piloto de 23 municípios, inclui Puerto Gaitán, uma das mais importantes cidades de Meta, com mais de 50% de seu território pertencente a 130 imóveis com mais de 1000 ha, portanto, acima do limite máximo da UAF que é de 920 há.^{65 66}

Segundo dados da Unidad de Planificación Rural Agropecuaria de 2017, as áreas que podem ser negociadas no mercado de terras somam 41,8 milhões de há (36% do território), enquanto 66.9 milhões há (59%) estão

⁶⁴Projeto nº 165294 Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P162594>. Ver também: <https://www.larepublica.co/economia/el-recaudo-municipal-subira-27-billones-con-el-nuevo-catastro-multiproposito-2902917>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

⁶⁵ Disponível em: <http://especiales.presidencia.gov.co/Documents/20170422-boletines/boletin-5/asi-va-posconflicto.html>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

⁶⁶ Op.cit. FAO, 2017, p. 178.

atualmente excluídas do mercado, dentre elas a região Amazônica ao Sudeste e o pacífico. Há ainda 5,2 milhões de hectares (5%) em áreas com direitos de propriedade limitados ou condicionados e cerca de 17 milhões de há sem identificação de propriedade (cerca de 15% do território)⁶⁷. A inscrição de áreas excluídas do mercado de terras ou sem identificação de propriedade como imóvel rural particular no cadastro multipropósito é mais um dos instrumentos de grilagem de terras a fim de ampliar as áreas dentro do mercado de terras.

Esta arquitetura legal e política construída para criar esta zona especial de investimento é uma clara opção em destinar as ditas *terras agriculturáveis da região da Orinoquia (land grabbing legal)* e os subsídios públicos para atores da cadeia global agroindustrial (*land grabbing virtual*) para exportação de commodities agrícolas, principalmente agrocombustíveis a partir de cana, palma e também soja e milho, além da pecuária^{68 69}.

Enquanto a ZIDREs pretende intensifica os investimentos na economia extrativa, a governança digital da terra também busca atender interesses de investimentos dos mercados internacionais ávidos pelos rendimentos através da especulação com terras em áreas **sem** produção agrícola atual, como as regiões de pecuária extensiva e com florestas. Com 53% do território ocupado por florestas naturais (cerca de 58 milhões de hectares), a Colômbia busca mobilizar seu estoque de terras através de mercados de carbono e biodiversidade, estando em curso 25 projetos do Programa de REDD+ do Banco Mundial (Forest Carbon Partnership Facility and the UN-REDD

⁶⁷ Dentre os territórios fora do mercado estão os 31,6 milhões de há de povos com Reservas Indígenas (28% do território), 5,5 milhões de há das comunidades afrocolombianas (4,82%) e os cerca de 15 milhões de há de parques nacionais naturais (13,15%) in OTEC, 2019, p.3). in Territórios incluídos, condicionados e excluídos para o mercado de terras na Colômbia. UPRA, 2016. Disponível em: https://www.upra.gov.co/documents/10184/74497/Plegable_MT_rurales_imp+%281%29%28F%29.pdf/a495f1f6-35a8-4583-a9ed-eac49275448d

⁶⁸ Para além do interesse pela terra, existe a intenção do comprador em se apropriar de subsídios e obter crédito/financiamento bancário, utilizando as terras ou a safra como garantia ou apenas especular com valor futuro dos valores. Ver: J. McCarthy, J. Vel & S. Afiff. (2012). *Trajectories of land acquisition and enclosure: development schemes, virtual land grabs, and green acquisitions in Indonesia's Outer Islands*. Journal of Peasant Studies.

⁶⁹ Área semeada com Cana de açúcar entre 2004 e 2009 passou de 197 mil para 215 mil, enquanto a Palma cresceu 100 mil hectares, sendo o maior produtor na América Latina. Os cultivos florestais passaram de 175 mil em 2002 para 376 mil em 2009. O Programa de transformação produtiva oferece incentivos para setores agrícolas como isenção de impostos para os agrocombustíveis como para cultivo de palma, coco, soja e etapas de processamento dos produtos agrícolas. Op.cit. FAO, 2017. p. 100 e 101. e <https://www.inviertaencolombia.com.co/sectores/agroindustria/biocombustibles.html>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

programme)⁷⁰. Portanto, o país também investe na regulamentação dos serviços ambientais para que possam ser lastro tanto para emissão de ativos verdes como para garantia de créditos rurais na cadeia de valor do agronegócio através do mercado de capitais.

ARGENTINA - CHACO

O último Censo Nacional Agropecuário na Argentina, em 2018, registrou que 1% dos imóveis rurais entre 10 e 20 mil hectares controlam 36,4% da superfície agropecuária, enquanto 55% de pequenos produtores com até 100 ha ocupam 2,2% da terra⁷¹. Dos 266,7 milhões de superfície rural, 108,5 milhões de ha estão ocupados com pasto para pecuária e 40,2 milhões ha de área cultivada, sendo 16,3 milhões de ha com soja e 7 milhões de ha com milho (FAOSTAT, 2018)^{72 73}. Enquanto o território argentino como um todo registrou, entre 1999 e 2014, uma elevação da superfície destinada à produção de soja de 85%, nas províncias do Chaco e Santiago Del Estero, no Chaco argentino, ocorreu uma elevação de 178% e 210%, respectivamente.^{74 75}

O Chaco argentino é caracterizado como a última fronteira agropecuária do país e é composto pelas províncias de Formosa, o norte de Santa Fé, Santiago del Estero e o leste de Salta. Este território concentra 59% do Gran Chaco, com cerca de 60 milhões de hectares⁷⁶. A partir do avanço da fronteira agropecuária, mais de 80% do Chaco argentino foi convertido em terra para

⁷⁰Chris Lang. REDD in Colombia: continued deforestation and extractivist development, 2020. Disponível em: <https://redd-monitor.org/2020/05/27/redd-in-colombia-continued-deforestation-and-extractivist-development/>. Ver também: <https://www.unredd.net/regions-and-countries/latin-america-and-the-caribbean/colombia.html>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

⁷¹ Censo Nacional Agropecuário de 2018, se refere ao período de referência entre 01 de julho de 2017 e 30 de junho de 2018. CNA, 2018. Disponível em: <https://cna2018.indec.gob.ar/informe-de-resultados.html>

⁷² 87% da soja argentina é exportada para China. Disponível em: www.sitioandino.com.ar/n/256945-el-87-de-la-soja-argentina-se-exporta-a-china/. Consultado em 11 de setembro de 2020.

⁷³ Segundo dados do ISAAA para 2018, 100% da soja plantada no país era transgênica e 78% do milho, o que faz do país a terceira maior área com plantios transgênicos no mundo, cerca de 23.9 milhões de há ou 12% da área mundial). Estão liberadas seis espécies vegetais e 61 variedades transgênicas: soja, milho, algodão, batata, alfafa e cártamo de propriedade das empresas Monsanto-Bayer; Syngenta-ChemChina; Dow-Dupont; Indear-Bioceres, Pioneer, Basf e Tecnoplant. Disponível em: [f http://www.biodiversidadla.org/Atlas](http://www.biodiversidadla.org/Atlas)

⁷⁴ De acordo com as informações da CONAB a Argentina fechou o ano de 2018 como o quarto exportador de soja do mundo.

⁷⁵ J. A. Bernardes; G. Maldonado. *Estratégias do capital na fronteira agrícola moderna brasileira e argentina*. In: J.A.Bernardes. et al., (Coord.), 1º Edição. *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017. p. 57-80

⁷⁶ Ver mais em: <https://www.diarionorte.com/191145-soja-una-de-cal-y-otra-de-arena>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

pastagens e produção agrícola⁷⁷. O desmatamento na região do Chaco argentino tem sido a principal característica de transformação da fronteira agropecuária⁷⁸. Cerca de 300 mil ha a cada ano entre 2010 e 2015 foram devastados, gerando a expulsões da população rural, principalmente do povos indígenas, como os *Wichí* e os *Toba qom*⁷⁹. Só em 2020, dez mortes por fome já foram registradas de crianças do povo *Wichi* em 2020, devido aos despejos de seus territórios pelo aumento da fronteira agrícola que os priva de acesso a alimentos.⁸⁰

A instauração de infraestrutura logística para exportação das commodities é também um dos fortes indutores de desmatamentos em transformação completa da paisagem⁸¹. O principal canal de escoamento terrestre da região, a ferrovia Nuevo Central Argentino, que leva a produção até os portos da Hidrovia Paraguai – Paraná, foi concedida à exportadora de grãos Aceitera General Deheza, o que demonstra como a cadeia da soja organiza esta zona de expansão⁸². A província de Santa Fé conta com o maior complexo em número de terminais privados na América Latina (Complexo Portuário San Lorenzo – Puerto General San Martín), servindo de base logística para empresas estrangeiras como as tradicionais ABCD, mas também novos investimentos como a entrada da Glencore em uma *joint venture* com a argentina Vincetín (Renova), entre outras. Também o fundo Pátria

⁷⁷ Ver mais em: <https://lcluc.umd.edu/hotspot/soy-expansion-chaco-forest-argentina>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

⁷⁸ Em 2018 foram desmatados cerca de 112.766 hectares nas províncias que abrangem a região. A província mais afetada foi Santiago del Estero, com 34.751 hectares desmatados, dos quais 23.910 de florestas protegidas.

⁷⁹ OCDE/FAO. OCDE-FAO *Perspectivas agrícolas 2019-2028*. Enfoque especial: América Latina. OCDE Publishing, Paris/Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Roma, 2019, <https://doi.org/10.1787/7b2e8ba3-es>.

⁸⁰ Ver mais em: <https://www.laizquierdadiario.com/Ni-un-nino-wichi-menos-marcharan-en-Salta-ante-la-emergencia-social>. Ver também expulsão do povo Qom: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6760>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

⁸¹ Muitas províncias no Chaco argentino, a exemplo de Charata, tornaram-se verdadeiros polos de empresas transnacionais distribuidoras de insumos agrícolas, como a BASF, Monsanto e Nidera (hoje COFCO), in J. A. Bernardes; G. Maldonado. Op. Cit., 2017. p. 71

⁸² Estendendo-se por 3.442 Km entre o Porto de Cáceres no Mato Grosso (Brasil), ao Norte, e Puerto Nueva Palmira (Uruguai), a hidrovia Paraná-Paraguai é a principal via de escoamento de commodities da Argentina, por onde trafega 75% de sua produção agroindustrial, como também de todos os países integrantes da Bacia do Prata: Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, principalmente para o escoamento da soja, sobretudo da Bolívia e Paraguai, já que constitui a única via de acesso ao oceano até agora. No seu curso estão os principais portos de escoamento de soja da região, muitos pertencentes a tradings do agronegócio.

investimentos/Blackstone detém uma conta de 30% do mercado de transporte fluvial na hidrovia^{83 84}.



Argentina, Gran Chaco, Salta, comunidade em perigo de sequestro de terras. Foto : WestEnd61

Observa-se que está cada vez mais fácil para o capital estrangeiro controlar terras no país. Em 2016, o governo Macri, por Decreto, relaxou os critérios de acesso às terras por estrangeiros ao excluir as terras em usufruto, superfície, uso, habitação e anticrese do limite nacional par ao acesso^{85 86}. Com essa alteração, cerca de 20% da superfície agropecuária na Argentina explorada por arrendamento ou contrato, não entram na proibição de aquisição de terras por estrangeiros, tampouco os 66,5% da área explorada por contrato com oleaginosas, como a soja (CNA, 2018)⁸⁷. A norma de 2016 também

⁸³ A agroexportador declarou falência em 2019, declarando uma dívida no valor de US\$ 300 milhões de dólares ao Banco Nación.

⁸⁴ Disponível em: <http://hbsa.com.br/es/la-empresa>

⁸⁵ Decreto nº 820/16 alterou a Lei 26.737/2011.

⁸⁶ A Lei 26.737/2011 aumentou a de 6% para 15% a superfície máxima do território nacional, da província e do município para aquisição ou posse de terras por estrangeiros, aplicando-se ainda o limite de 30% da mesma nacionalidade e de até 1000 hectares por titular em cada zona núcleo ou superfície equivalente, que pode variar de 30 mil (Província de Santa Cruz e Salta, por exemplo) a 200 há (Província de Mendoza), a depender da localização, qualidade do solo e outros critérios.

⁸⁷ Segundo o Registro Nacional de Terras Rurais de 2015, a superfície rural estrangeirizada na Argentina chega a 6% do território. Disponível em: http://www.saij.gob.ar/docs-f/ediciones/libros/Registro_Nacional_Tierras_Rurales.pdf

permite a estrangeirização de corpos d'água (lago, lagoas) por aprovação tácita, ou seja, se em 10 dias não houver oposição formal da autoridade provincial de águas, é emitido o certificado de habilitação de aquisição ou posse por estrangeiros do imóvel com presença de corpo d'água. Também não estão mais sujeitos aos limites de aquisição por estrangeiros a transferência de imóveis rurais, situadas em áreas tidas como “Zona industrial” ou que desenvolvam *projetos de geração de energia renovável*, abrindo ao mercado internacional a economia de “transição verde”.

Além disso, o Decreto também aumenta de 25% para 51% a porcentagem de capital estrangeiro de empresas controladas para serem consideradas estrangeiras. E cada vez mais a terra pertence a empresas de capital aberto com investimentos estrangeiros. O Censo de 2018 mostrou que cerca de 38 milhões de há ou um quarto da superfície agricultável é propriedade de Sociedades Anônimas (S.A), e ainda que cerca de 80% dos 16,2 milhões de ha controlados por estrangeiros no país, pertence a empresas agropecuárias, sendo 13 milhões (80,2%) em imóveis acima de 10 mil ha⁸⁸.

Com tais modificações na Lei, os números oficiais de estrangeirização diminuíram se comparadas ao primeiro relatório divulgado em 2015, embora de fato possam ser muito maiores. As províncias no norte do país e no Chaco continuam com as maiores porcentagens de presença do capital estrangeiro: a província de Salta, que contava com 11,8% da superfície estrangeirizada em 2015, caiu para 10,54% em 2020; a província de Corrientes que contava com 13,86% em 2015, caiu para 9,72%⁸⁹. Esta significativa diminuição dos dados oficiais também está ligada ao processo de digitalização das terras no Cadastro Nacional Territorial, já que imóveis com certificado cadastral georreferenciado tem prioridade no processo de regularização. Os imóveis que deixaram de ser considerados como pertencentes a estrangeiros, já puderam ter seus títulos constituídos e retificados como nacionais, sem restrições, a partir de 2016.

⁸⁸ Censo Nacional Agropecuario de 2018. Disponível em: <https://cna2018.indec.gob.ar/informe-de-resultados.html>.

⁸⁹ Registro Nacional de Terras Rurais de 2015, p. 15-16. e tabela de 2020, Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/justicia/tierrasrurales/extranjerizacion-tierras-2020>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

Cadastro espacial e registral de terras como base de direitos de propriedade. Qualquer pessoa física ou jurídica que pretenda constituir, modificar ou transmitir direitos reais sobre um imóvel no país deve ter um **certificado cadastral** emitido a partir da verificação das informações georreferenciadas (GPS) no cadastro nacional de terras e dos documentos registrais do imóvel rural.



Infraestruturas logísticas

FERROVIAS, RODOVIAS, HIDROVIAS E
COMPLEXOS PORTUÁRIOS

Pesquisa e elaboração:
GRAIN e IF Baiano, campus Valença, Bahia
Data: agosto de 2020 / Base digital: IBGE
Fonte: HDX-OCHA/UN (data.humdata.org); ANA-Brasil; GRAIN
Datum Geodésico: SIRGAS 2000
Projeção: Albers Equal Area Conic
Cartografia: Eduardo Barcelos

Portanto, o cadastro passa a ser a base legal para a emissão e legitimação de títulos de propriedade no país, de acordo com a Lei 26.209/2007.

Deste modo, a Argentina também vem integrando informações territoriais com base na tecnologia de precisão geoespacial mas, diferente de Brasil e Colômbia, o Cadastro espacial já está vinculado ao sistema de registro de imóveis para a emissão de títulos de direitos de propriedade. Embora exija a conformidade entre as informações do cadastro e a documentação do registro do imóvel, não há uma norma geral para verificação da procedência das origens do título, da natureza da posse e do cumprimento da função social da terra antes da validação dos títulos. Cada província define seu procedimento para regularização fundiária, enquanto o Programa Nacional de Titulação Rural (ProntAR) de 2013, permite a destinação de terras públicas em favor de *cooperativas e consórcios agropecuários* que tenham posse mansa e pacífica, contínua e ininterrupta.

De um lado, aqueles que não tenham acesso à tecnologia de georreferenciamento, não terão direito a emissão do certificado cadastral e do título, e de outro, a integração da informação geoespacial sem a devida análise documental do registro e da natureza da posse, pode acabar validando a histórica grilagem de terras públicas e sobre os territórios dos povos tradicionais no país, inclusive em favor de estrangeiros, tendo em vista a desregulação dos limites de acesso à terras por estrangeiros.

Segundo o Informe da Diretoria Nacional de Terras e Unidades Agropecuárias até 2017 haviam sido firmados convênios com sete províncias, principalmente do norte do país, inclusive na região do Chaco, com a titulação de 40.216,5 ha beneficiando 1.040 produtores, em regra, vinculados a produção pecuária, sem esclarecer se pequenos, médios ou grandes, pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras⁹⁰.

Além de encobrir a situação fundiária, a digitalização do cadastro de imóveis rurais na Argentina e o ProntAR, conferem a segurança jurídica necessária para emissão de títulos financeiros com lastro sobre o patrimônio fundiário rural, a exemplo dos *warrants* financeiros e os instrumentos de

⁹⁰Informe gestão 2016-2017. Diretoria Nacional de Terras e Unidades Agropecuária. Acessível em: https://www.magyp.gob.ar/sitio/areas/tierras/informe_de_gestion/180803_informe_de_gestion.pdf

fideicomisos, em substituição ao crédito estatal⁹¹. Entre 2004 e 2008, a constituição de propriedades temporárias fiduciárias no setor rural aumentou 271%, impulsionando a expansão da soja⁹². Segundo o Censo de 2018, 208 fideicomissos detinham 235 mil hectares no país, o que também garantiu maior estabilidade para as operações com *warrants* financeiros emitidos em moedas estrangeiras (dólar)^{93 94}. Os *warrants* representaram 87% das emissões de certificados em 2018, representando cerca de U\$ 806 milhões de dólares.⁹⁵ A “translatinização” (multinacionais latinas) de megaempresas argentinas como Los Grobo, foi impulsionada por esta financeirização do crédito rural argentino.

PARAGUAI- CHACO

Impressiona a crescente concentração e estrangeirização das terras no Paraguai. Segundo dados do último Censo Agropecuário de 2008, 90% da terra no Paraguai está nas mãos de 12 mil grandes proprietários, e os 600 imóveis acima de 10 mil hectares ocupam mais de 40% do território do país, isto é, cerca de 12.6 milhões de ha⁹⁶. Entre 1991 e 2018, a fronteira agrícola se expandiu em 8 milhões de hectares, sendo a soja (transgênica) e a pecuária seus principais vetores de expansão^{97 98}. Por outro lado, a agricultura familiar

⁹¹ Propriedade fiduciária é uma propriedade temporária em nome do credor fiduciário (geralmente bancos e mais recentemente fundos de investimento) em troca de financiamento, em regra, imobiliário (muito usado na construção civil). Lei 24.441/94 passou a permitir a constituição de pessoas jurídicas temporárias por fundos de investimentos que passam a deter patrimônios rurais em garantia de empréstimos, como forma de alavancar investimentos no agronegócio, principalmente a partir dos anos 2000. In S. Frederico y C. Gras. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: Bernardes *et al.* (coords). Op. Cit. 2017. p. 11-32.

⁹² FERNÁNDEZ, D. "Concentración económica en la región pampeana: el caso de los fideicomisos financieros", Mundo Agrario, v. 11, n. 21, 2010.

⁹³ CNA, 2018. Disponível em: <https://cna2018.indec.gob.ar/informe-de-resultados.html> P.91

⁹⁴ Emitido por qualquer produtor rural titular de produção rural, inclusive em dólar. São mais comuns na época da colheita da soja entre maio e junho, regulados pela Lei 9643. De acordo com os dados do MAGYP, a província do Chaco foi a 6ª província a emitir o maior número de *warrants* financeiros no ano de 2018, totalizando 33.604.885 milhões de dólares. Disponível em: <https://www.warrantsnet.com/port-warrants-1.html>. Acesso em 11 de setembro de 2020.

⁹⁵ Disponível em: https://www.magyp.gob.ar/sitio/areas/ss_mercados_agropecuarios/_warrants/_archivos/000998_Publicaciones/181200_Informe%20Warrants%202018.pdf

⁹⁶ Censo Agropecuário Nacional do Paraguai de 2008. Ver mais em: https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/publicaciones/resultados_generales_cna08.pdf

⁹⁷ Em comparação ao Censo de 1991, a fronteira agrícola e pecuária se expandiu de 23,8 milhões de ha para 31 milhões de há.

⁹⁸ Dos 3,5 milhões de há cultivados com soja, 3,4 milhões é transgênico (97%). Até 2012, apenas um evento transgênico havia sido aprovado, o da “soja RR” da Monsanto. Após o golpe parlamentar contra o presidente Lugo já são 32 eventos transgênicos aprovados entre soja, milho e algodão das transnacionais INDEAR, BASF, Syngenta- ChemChina, Dow e Bayer-Monsanto. Atlas del Agronegócio Transgênico em el Com Sur .p 19 disponível em: <http://www.biodiversidadla.org/Atlas>

com imóveis de até 20 hectares responde por 83,5% das propriedades, mas ocupam apenas 4,3% do território paraguaio.



Mulheres da organização OMMI, da comunidade El Estribo. Paraguai. Foto: Nicolás Avellaneda - Fundação Plurales

A soja ocupava em 2017, 70% da superfície cultivada no país, principalmente na região Oriental, com 90% de sua produção conduzida por empresas brasileiras^{99 100}. Tal comprometimento da superfície do país com monocultivos de soja faz do Paraguai o sexto maior produtor e o quarto maior exportador desta *commodity* no mundo. Já a pecuária ocupava cerca de 54% da superfície agropecuária total, sendo 10,5 milhões de ha na porção ocidental do Chaco (CNA, 2002), tornando-se o sexto exportador mundial de carne bovina, embora mais da metade das exportações sejam realizadas também por empresas de capital brasileiro (JBS, Minerva, Frigorífico Concepción e Frigomec)^{101 102 103}.

⁹⁹ Dos 4.949 milhões de há de área cultivada no Paraguai, 3,51 milhões foram de soja e 1,07 milhões de há de milho em 2018. FAOSTAT, 2018.

¹⁰⁰ Marielle Palau (Coord.). Con la Soya al Cuelo, 2018. Informe sobre agronegocios en Paraguay. BASE-IS.2018. p. 16

¹⁰¹ De acordo com as informações do Censo de 2008, cerca de 17,6 milhões de ha estavam ocupados pela pecuária, 10,5 milhões de ha na porção ocidental do Chaco destina e 7 milhões de ha na porção Oriental

¹⁰² FAO/USDA.2018. Disponível em <http://beef2live.com/story-worldbeef-exports-ranking-countries-0-106903>

¹⁰³ OXFAM. Yvy Jára. Los dueños de la tierra em paraguay. 2017. p.22. Disponível em: https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/yvy_jara_informe_oxfamenparaguay.pdf

A Minerva costurou, em 2013, uma injeção de US\$ 85 milhões da IFC (International Finance Corporation), braço do Banco Mundial, para impulsionar seus negócios no Paraguai, o que fez do grupo líder de mercado no país, seguido pelo frigorífico Concepción, in Indústria

O Censo de 2008 apontava que cerca de 24% da superfície do Paraguai está nas mãos de estrangeiros, sendo metade de brasileiros, principalmente na região Oriental, embora 22% do departamento de Alto Paraguai na Região Ocidental do Chaco já pertença a brasileiros, assim como cerca de 2 milhões de hectares e 12% da atividade agropecuária seja realizado por capital uruguaio, principalmente imobiliárias agrícolas^{104 105}. Levando em conta a expansão da fronteira agrícola até safra 2016-2017, principalmente sobre o Chaco, BASE-IS atualiza o Censo de 2008 estimando que cerca de 35% do território agrícola no Paraguai esteja sobre controle direto ou indireto estrangeiro¹⁰⁶.

A região do Chaco paraguaio é tida como a última fronteira agrícola do país e, portanto, um dos alvos de investimentos por estrangeiros em negócios com terras no mundo. Está localizada na porção Ocidental do país compreendendo os departamentos de Alto Paraguai e se estende até o departamento de Presidente Hayes, no Baixo Chaco, com 24 milhões de hectares, ocupando cerca de 60% do território. Também é a região com maior concentração de terras, com índice de GINI ainda maior que o nacional, em 0,94, enquanto o preço da terra subiu 4.000% na última década no Chaco Paraguaio.^{107 108}

Entre a safra 2013-2014 e 2016-2017 houve incremento de 16% no cultivo de soja no departamento de Boqueirón no Chaco¹⁰⁹, havendo ainda a projeção de incorporação de 500 mil há para plantio de soja transgênica até 2030 na região¹¹⁰. Apenas entre 2010 e 2014 cerca de 1,3 milhões de ha foram desmatados no Chaco Paraguaio, com média de 260 ha/ano, estando entre as

brasileira de carne avança sobre o Chaco paraguaio. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2018/07/a-industria-brasileira-da-carne-avanca-sobre-o-chaco-paraguaio/>. Acessado em 22 de setembro de 2020.

¹⁰⁴ São de propriedade de brasileiros: 60% do departamento de Canindeyu; 55% de Alto Paraná; 32% de Caaguazú e 24% de Amambay, também principais produtores de soja no país in *Luis Galeano. Extranjerización reciente y actual del territorio paraguayo*. BASE-IS. Disponível em: <http://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2018/05/extranjerizacion2017.pdf>

¹⁰⁵ OXFAM, *ibid.* 2017, p.28.

¹⁰⁶ Marielle Palau (Coord). *Op.cit.* 2018, p. 16.

¹⁰⁷ [PNUD \(2010\) basado en datos del Censo Agropecuario Nacional de 1991 y 2008.](#)

¹⁰⁸ Alberto Yanosky, diretor-executivo da organização ambientalista Guyra <https://reporterbrasil.org.br/2018/07/a-industria-brasileira-da-carne-avanca-sobre-o-chaco-paraguaio/> Acessado em 11 de setembro de 2020.

¹⁰⁹ La soja nutre la industrialización de exportaciones paraguayas”, Noticias IPS, 1 de abril de 2016, disponible en <http://bit.ly/2g2zWlc>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

¹¹⁰ PALAU. Marielle (Coord). *Op.cit.* 2018, p.16.

maiores taxas de desmatamento do mundo (Guyra Paraguay¹¹¹). O avanço ocorreu principalmente sobre os territórios camponeses e indígenas dos departamentos do Alto Paraná, Canindeyú e Itapúa, região dos povos tradicionais Ayoreo, Avá e Mbyá Guaraní no Chaco¹¹².

Embora a infraestrutura na região ainda seja incipiente, existem projetos para tornar o Chaco paraguaio um *hub* de transporte internacional, de modo a triplicar para cerca de US\$ 5 bilhões o valor anual das commodities transportadas pela rodovia Transchaco (Rota número 9), a principal via de escoamento da produção da região para os terminais portuários na Hidrovia Paraguai - Paraná, nas imediações da capital Assunção¹¹³. A Hidrovia Paraguai – Paraná é a principal rota de escoamento para exportação de soja e derivados do país, onde estão localizados 44 portos e terminais privados, controlados pelas principais *tradings* agrícolas do mundo, como Cargill, Bunge, Louis Dreyfus e ADM e Noble, atualmente pertencente a COFCO¹¹⁴. Um dos mais expressivos terminais privados é o Complexo Industrial Angostura S.A (CAIASA) controlado pela Bunge e Louis Dreyfus¹¹⁵.

¹¹¹ Informe desmatamento no Gran Chaco sul-americano, que inclui Argentina, Paraguai e Bolívia até 2018. Disponível em: <http://guyra.org.py/informe-deforestacion/>. A Lei do desmatamento zero (Lei 3468/08 e Decreto 3929) não se aplica na região Ocidental, podendo se desmatar legalmente no Chaco, desde que se mantenha 25% de cobertura florestal e uma barreira florestal de 100m a cada 100 ha..

¹¹² Um grupo de 35 indígenas foi encontrado produzindo carvão vegetal em condições desumanas em uma estância de gado no departamento de Boquerón, no Chaco Paraguayo. Em um ambiente em que a temperatura alcança 50 graus, os trabalhadores sequer tinham acesso a água para beber. In Informe da Relatora Especial sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, “Situación de los pueblos indígenas en el Paraguay”. Disponível em: <http://infoindigena.servindi.org/10-publicaciones/publicaciones-destacadas/550-informe-sobre-la-situacion-de-los-pueblos-indigenas-en-paraguay.html> Ver também: <https://reporterbrasil.org.br/2018/07/a-industria-brasileira-da-carne-avanca-sobre-o-chaco-paraguaio/> Acessado em 11 de setembro de 2020.

¹¹³ A Rodovia foi financiada pelo Comitê Central dos menonitas dos EUA. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2019/07/22/paraguai-quer-transformar-regiao-do-chaco-em-hub-de-transporte.htm>. As cooperativas menonitas possuem por volta de 2 milhões de ha no Chaco e junto aos uruguaios e brasileiros dominam o setor de leite e carne. Associação de Colonias Menonitas do Paraguai (ACOMEPA). Disponível em: <http://acomepa.com/>

¹¹⁴ Cargill é responsável por 20% em soja, trigo e milho (<https://www.cargill.com.py/es/sobre-cargill>). A Bunge também possui indústria de fertilizantes e um Porto em San Juan del Paraná em Itapúa e Transporte fluvial em General Santos e Corcondia (<https://www.bungeparaguay.com/?q=centros-de-almacenamiento>). ADM adquiriu mais de 600 mil ha no departamento de Guairá, e também possui um porto privado e mais três em arrendamento (<https://www.adm.com/adm-worldwide/paraguay>). Para mais informações sobre grupos transnacionais e nacionais que operam no Paraguai ver OXFAM. Yvy Jára. *Los dueños de la tierra em Paraguay*. 2017.

¹¹⁵ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) junto ao Fundo da Organização dos países exportadores de petróleo (OPEP) para o desenvolvimento internacional investiu US\$ 200 milhões de dólares no Complexo Industrial Angostura S.A (CAIASA).



Construção de uma nova pista de pouso pavimentada no aeródromo Infante Rivarola, com acesso a partir da Rota Transchaco. Foto: MOPC - Ministério de Obras Públicas e Comunicações do Paraguai

Digitalização e regularização das terras “mal habidas”. Constantes incentivos estatais vem financiando um preço atrativo para as terras no Chaco, seja através de políticas de crédito, como por meio da facilitação da regularização subsidiada das invasões ilegais de terras públicas. A Comissão da Verdade e Justiça do Paraguai (CVJ) apontou que entre 1954 e 2003, 7.8 milhões de hectares de terras públicas/fiscais ou compradas com orçamento público foram outorgadas de forma ilegal no país, as chamadas terras “*mal habidas*”, sendo que 80% delas está na região do Chaco¹¹⁶. Foram destinados, em média, 4.600 há por pessoa, principalmente para políticos, elites locais e militares¹¹⁷.

Em 2014 foi implementado o **Sistema de Informação de Recursos da Terra (SIRT)**, com o apoio da ONU/PNUD (Programa das Nações Unidas para

¹¹⁶ Dentre as irregularidades, a adjudicação a pessoas que não cumprem os requisitos de beneficiários da reforma agrária, ou a titulação de mais de 1 lote por beneficiário, havendo colônias agrárias de soja inteiras com titulação irregular.

¹¹⁷ Entre 1954 e 1989 durante o regime do ditador Alfredo Stroessner foram ilegalmente destinadas terras da reforma agrária, sobretudo por políticos e militares. Dentre os beneficiários o grupo Carlos Casado S/A foi o mais emblemático, chegando a acumular cerca de 6 milhões de hectares na região *in* Comisión Verdad y Justicia Paraguay (2008) Informe Final: Tierras Mal Habidas. Tomo IV. Disponível em: http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/paraguay/Informe_Comision_Verdad_y_Justicia_Paraguay_Conclusiones_y_Recomendaciones.htm. O relatório da CVJ seria entregue ao Presidente Lugo, deposto em agosto de 2008, a Procuradoria Geral da República e o Ministério deveriam iniciar os procedimentos de recuperação das terras “mal habidas”, entretanto até hoje nenhum título ilegal foi anulado ou a propriedade recuperada, tampouco julgados os responsáveis políticos e institucionais.

o Desenvolvimento), para identificar a situação geográfica e registral das terras fiscais concedidas pelo estado e atualizar a situação das 1.011 colônias campesinas da região oriental pelo INDERT (Instituto de Desenvolvimento Rural e da Terra), a fim de iniciar os procedimentos de reversão das terras “mal havidas”, segundo art. 47 do Estatuto Agrário. Embora o INDERT devesse verificar a origem do título, o tipo de ocupação e se preenche os critérios de beneficiários, para validar o registro junto ao cadastro georreferenciado e digitalizado com o plano da colônia e de cada lote, o Instituto passou a considerar os títulos já pagos, mesmo irregulares, como legítimos, com a mera inscrição no SIRT.¹¹⁸

Deste modo, a precisão dos limites das áreas a partir do georreferenciamento (GPS) acaba por substituir os demais critérios, constituindo um novo padrão de segurança jurídica. Sem a verificação da função social e econômica, da natureza da posse, da validade do título, o cadastramento acaba por encobrir e legitimar posses ilegais e títulos podres nas colônias, em verdadeira grilagem digital de terras públicas e dos povos indígenas e camponeses¹¹⁹. “*Sob o manto da modernidade, se oculta a espoliação histórica*”¹²⁰

¹¹⁸ De uma amostra de 102 títulos analisados pelo Indert no departamento de Caaguazú, 25 eram irregulares, com anomalias graves, como documentos sem assinatura até registros realizados após a restrição, em 2007, da outorga de terras públicas a estrangeiros. A titulação dos lotes joga os assentamentos de reforma agrária no mercado privado de terras em um processo crescente de reconcentração de terras e contra-reforma agrária. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/08/28/segunda-geracao-de-colonos-brasileiros-protagoniza-maior-conflito-da-era-cartes/> Acessado em 11 de setembro de 2020.

¹¹⁹ Projeto de Lei de registro único de terras está em discussão no país a fim de criar o Sistema Nacional de Cadastro e Registro Públicos (SINACARE), apresentando pelo setor ruralista sem qualquer debate com a sociedade e, assim como no Brasil, visa a facilitação da regularização das terras públicas como propriedade privada. BASE-IS, Agosto de 2020: <https://www.baseis.org.py/ley-de-registro-unico-de-tierras-las-trampas-del-mercado/>

¹²⁰ Inés Franceschelli. Bajo el manto de la modernidad, se oculta mejor el histórico despojo. BASE-IS <http://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2016/04/Bajo-el-manto-de-la-modernidad-.pdf>. Consultado em 11 de setembro de 2020.

infraestrutura para a cadeia de valor do agronegócio.^{121 122} A Paraguay Agricultural Corporation (PAYCO), por exemplo, é fruto de investimentos do Banco de Investimento da Alemanha (DEG) com a RíoForte, braço financeiro do grupo português Espiritu Santo, passou a deter a propriedade direta de 136 mil hectares de terras em todo país, como também cerca de 11 mil há por meio de contratos de arrendamento¹²³.

BOLÍVIA – CHIQUITINIA (SANTA CRUZ E BENI)

Até fins de 2018, 83% da superfície da Bolívia estava saneada com mais de 1,3 milhões de títulos outorgados (INRA, 2018)^{124 125}. Dos 106 milhões de hectares passíveis de saneamento, 12,4 milhões foram titulados nos dez primeiros anos (1996-2006), enquanto quase o mesmo número, 11,7 milhões de ha, foram titulados em apenas três anos do Governo Evo Morales (2007-2009). Segundo dados do INRA, da área titulada: 28% são de Territórios Indígenas (TCO- Terras Comunitárias de Origem); 27% propriedade comunitária de camponeses e comunidades interculturais; 14% corresponde à média propriedade e empresa agrícola e 31% de terras fiscais públicas¹²⁶.

¹²¹ O Estado Paraguai aposta no polêmico mecanismo de mercado dos chamados serviços ambientais, regulamentando o mecanismo de REDD+ para financiar a proteção de suas florestas (Lei 3001/2006). O Estatuto da terra foi alterado para considerar as áreas plantadas de florestas para captura de carbono ou serviços ambientais como áreas de aproveitamento eficiente e racional, sendo excluídas do conceito de latifúndio e de *terra não produtiva*, conforme a função social da terra, legitimando estoque e financeirização da terra por meio do fundamento ambiental.

¹²² A Paraguay Agricultural Corporation (PAYCO), por exemplo, é fruto de investimentos do Banco de Investimento da Alemanha (DEG) com a RíoForte, braço financeiro do grupo português Espiritu Santo, passou a deter a propriedade direta de 136 mil hectares de terras em todo país, como também cerca de 11 mil há por meio de contratos de arrendamento. http://payco.com.py/#/es/presencia_en_paraguay

¹²³ Esse é um dos principais instrumentos no Paraguai que possibilita investimentos estrangeiros no país. As terras do consórcio financeiro da DEG/PAYCO estão em todo país com pecuária e monocultivos de soja, milho, trigo e algodão, além de plantações florestais e reservas naturais, sendo 12.432 ha de estancia de gado em Carandayty, Alto Paraguay e 9.342 há em Timboty, Presidente Hayes na região do Chaco. http://payco.com.py/#/es/presencia_en_paraguay

¹²⁴ Procedimento de identificação e recuperação das terras fiscais públicas; de verificação da origem dos títulos de propriedade (vícios/fraudes); da ocupação mansa e pacífica das posses até 1996 e do cumprimento da função social e econômica da propriedade.

¹²⁵ Restando 10% em processo de titulação e 7% de áreas em conflito in Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA).

¹²⁶ Embora o processo de saneamento tenha seguido um padrão geral de *reforma agrária assistida pelo mercado* com base em titulações individuais de terras públicas e baixo índice de desconcentração da propriedade da terra, a forte organização indígena na Bolívia conquistou nesses anos significativa titulação coletiva das Terras Comunitárias de Origem (TCO), constituindo exceção no processo da América Latina em oposição à política de titulação individual massiva do Banco Mundial. As TCOs se tornaram a categoria com maior extensão em área, embora em terras com baixo potencial agrícola e às margens da infraestrutura e rotas logísticas de transporte.

Em que pese os números brutos apontem uma maior extensão de terras destinadas aos povos indígenas e/ou titulações coletivas e comunitárias, dos 26 milhões de hectares reivindicados só nas terras baixas, apenas 12,5 milhões de ha foram saneados e titulados, enquanto 65% da terra continua a ser controlada por 1% das explorações agropecuárias de maior tamanho¹²⁷.

O incremento do valor das *commodities* agrícolas, principalmente após 2008, levou à um aceleração na incorporação da Chiquitania (Departamentos de Santa Cruz de la Sierra e Beni) ao modelo agroextrativista e à lógica das cadeias globais de valor, transformada em zona econômica composta de extensos monocultivos, principalmente de soja transgênica e infraestrutura logística associada para exportação, limitando a titulação coletiva das melhores terras agricultáveis das terras baixas.¹²⁸

No período 2010-2014 foram titulados em média 3.763 hectares por título em favor das empresas agropecuárias, na chamada *zona estratégica de expansão da Chiquitania*, representando 66% da área cultivada do país, 70% em Santa Cruz¹²⁹. O processo de saneamento da terra nesta região significou a privatização das melhores terras agricultáveis em favor de empresas agropecuárias, consolidando a propriedade sobre áreas de 5.000 e 6.000 hectares, proibidos pela constituição boliviana (Fundación Tierra¹³⁰).

Embora transacionais como a ADM, Cargill, Bunge e atores financeiros, como o grupo de investimento Venezuelano Gravel invistam diretamente na verticalização das etapas posteriores da cadeia produtiva, sobretudo àquelas ligadas à cadeia da soja transgênica e a pecuária para exportação, estima-se que controlem direta ou indiretamente (agricultura de contrato) cerca de 60% das terras mais produtivas de Santa Cruz de la Sierra^{131 132 133}. A Cargill, uma das principais *tradings* presente em território boliviano através de uma *joint*

¹²⁷ Oxfam. *Desterrados: Tierra, poder e desigualdad en America Latina*, 2016, p.25 Disponível em: <https://www.cpalsocial.org/documentos/320.pdf>

¹²⁸ Respondia em 2018 por cerca de 35% da área cultivada no país, segundo ISAA. Disponível em <http://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/54/executivesummary/default.asp>

¹²⁹ Gonzalo Colque, Efraín Tinta y Esteban Sanjinés. Segunda Reforma Agraria: una historia que incomoda. Fundación Tierra. 2016. p. 191. Disponível em: <http://www.ftierra.org/index.php/publicacion/libro/151-segunda-reforma-agraria-una-historia-que-incomoda> e INE. Censo Agropecuario 2013, La Paz, Bolivia: Instituto Nacional de Estadística, 2015. <http://censosbolivia.ine.gob.bo/censofichacna/>.

¹³⁰Ver mais em: <http://www.ftierra.org/index.php/tema/tierra-territorio/934-denuncian-descarada-privatizacion-de-tierras-fiscales-en-favor-del-agro-cruceno>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

¹³¹Disponível em: http://www.ftierra.org/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=169&cf_id=52. Acessado em 11 de setembro de 2020.

venture com a Central Aguirre Portuária S.A (CAPSA), controla 51% do capital do principal porto para exportação de soja do país, o Porto Aguirre, na província de Porto Quijarro, localizado às margens da Hidrovia Paraguai – Paraná, principal rota de escoamento da produção agrícola no país. A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sulamerica (IIRSA – COSIPLAN) merece destaque na construção da trama logística da zona estratégica de expansão boliviana, com a pavimentação da rodovia que liga Pailón (Chiquitos) à Puerto Suarez, às margens da Hidrovia, e a construção em andamento do Corredor Bioceânico que liga o Oceano Atlântico (Porto de Santos) ao Oceano Pacífico (os portos de Iquique e Antofagasta, ambos no Chile).

A transformação da Chiquitania em zona de expansão e investimentos do agronegócio envolve a expansão de mais 250 mil hectares da fronteira agrícola na região, o que fez com que desde 2013 várias leis fossem editadas para perdoar o desmatamento ilegal e autorizar novos em Santa Cruz e Beni¹³⁴. Entre 1990 e 2016 houve um desmatamento acumulado de 5,1 milhões de ha, enquanto apenas no ano de 2019, mais de 5,3 milhões de hectares foram destruídos, sendo 4,7 milhões em Santa Cruz e Beni¹³⁵.

Cercamento das terras agricultáveis pelo cadastro digital. No processo de saneamento das terras na Bolívia, *zonas prioritárias* foram identificadas ainda durante a elaboração do Projeto Nacional de Administração de Terras financiado pelo Banco Mundial (1992-1995,) associado a outro projeto do Banco “*Proyecto de Tierras Bajas del Este*” para garantir a segurança jurídica

¹³² Na agricultura de contrato tanto a terra como a mão de obra passam a estar subordinados à cadeia global de commodities por meio da realização de contratos de produção com grandes *traders* do setor. Além disso, o contrato também vincula à aquisição de determinados insumos, em geral importados, com aplicação de propriedade intelectual, como fertilizantes, agrotóxicos e sementes convencionais e transgênicas. Agrotóxicos e sementes em geral significam a parte mais relevante dos custos operativos, podendo chegar a 60% dos custos na Bolívia.

¹³³ Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/28372>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

¹³⁴ Leis 337/2013; Lei 502/2015 e Lei 739/17 perdoaram desmatamentos ocorridos entre 12 de julho de 1996 e dezembro de 2011; Lei 741 de 29 de setembro de 2015 autoriza o desmatamento de até 20 ha por unidade familiar para pequenas propriedades e propriedades coletivas – comunitárias, TCOs e assentamentos. Decreto 26075/2019 e Decreto 3973/2019 permitiram o desmatamento e queimadas em terras privadas nos departamentos de Santa Cruz de la Sierra e Beni.

¹³⁵ Fuego en Santa Cruz: Balance de los incendios forestales de 2019 y su relación con la tenencia de la tierra. Fundación Tierra, octubre 2019. <http://www.ftierra.org/index.php/component/attachments/download/194> e <https://es.mongabay.com/2020/01/bolivia-deudas-ambientales-incendios-2019/>. Acessado em 11 de setembro de 2020.

da propriedade sobre as terras com melhor potencial agrícola do país na construção de um espaço econômico para produção comercial de soja para exportação^{136 137}.



Área afetada por incêndios florestais que destruíram hectares de floresta em Robore, Bolívia, 19 de agosto de 2019. Foto : Departamento de Santa Cruz via REUTERS

Tais zonas prioritárias eram compostas de áreas sob conflito quanto a posse e propriedade, que deveriam realizar o Saneamento Integrado ao Cadastro (CAT-SAN), modalidade de saneamento que combina a inscrição do imóvel em registros públicos com a inscrição em um cadastro legal com informações georreferenciadas da propriedade, que passava a conferir prioridade sobre os direitos de propriedade em caso de sobreposição de títulos

¹³⁶ Cooperação técnica e financeira do Banco Mundial para preparação do Projeto Nacional de Administração de Terras (PNAT), entre 1992 e 1995, contou especialmente com a criação e funcionamento da INRA e a execução do CAT-SAN para consolidar cerca de 3 milhões de ha com créditos sucessivos de U\$ 24,7 milhões e 7,5 milhões in Colque et al. 2016, p. 141-150.

¹³⁷ Financiamento de U\$ 50 milhões de dólares do Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para expansão da produção de soja em Santa Cruz de la Sierra, que incluiu construção de infraestrutura produtiva e de transporte, como também mecanismos de crédito rural e planos de ordenamento territorial in Enrique C. Balliván. Empresas Transnacionales em el agronegocio sojero. Fundación Tierra. 2017, p.18-19. Disponível em: http://www.ftierra.org/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=169&cf_id=52

sobre a mesma área¹³⁸. Dos 2,5 milhões de ha identificados como zonas prioritárias, 1,8 milhões de ha estava em Santa Cruz de la Sierra, segundo empresa INYPSA contratada pelo Banco Mundial¹³⁹.

A iniciativa contou cerca de US\$ 70 milhões da cooperação internacional e créditos externos do Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Nórdico de Desenvolvimento, a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), dentre outros¹⁴⁰. O financiamento serviu, de todo modo, às empresas estrangeiras que foram umas das principais executoras do programa de saneamento, já que detentoras de expertise tecnológica para implantação da nova estrutura de digitalização da governança da terra por meio do uso de base de dados para o cadastro rural, com o georreferenciamento (GPS) e mensuração das parcelas por fotos de satélites¹⁴¹.

O resultado observado na execução deste programa foi uma elevação das titulações às grandes propriedades, como foi o caso em Santa Cruz de la Sierra, que hoje conta com 5,6 milhões de hectares titulados como médias propriedades ou empresa agropecuária, sobretudo no período 2012-2018; 3 milhões de hectares como pequenas propriedades; 5,3 milhões de hectares como Território Comunitário Originário (TCOs) e 1,4 milhões de ha como propriedade comunitária.

A inscrição de zonas prioritárias sobre as áreas agricultáveis no saneamento integrado ao cadastro (CAT-SAN) acabou por excluir a maioria das terras com potencial agropecuário do processo redistributivo de reforma agrária na Bolívia. Especialmente pelo foco, orçamentário e tecnológico na inscrição no cadastro, deixando de lado o desenvolvimento de procedimentos para verificação da função social e ambiental da propriedade.

¹³⁸ Esta modalidade seria exigida para áreas com: i) irregularidades técnicas e/ou jurídicas em trâmites agrários; ii) conflitos sobre direitos de propriedade; iii) indício de descumprimento da Função Económico-Social da terra; iv) sob posse de terras sem título; y, v) execução de projetos de interesse público in Colque et al. 2016, p 149-150.

¹³⁹ Empresa espanhola especializada em gestão de planificação e serviços de geoinformação e georreferenciamento, realizou digitalização para adjudicação de 2 milhões de hectares através do CAT-SAN em Santa Cruz e La Paz in Ibid.2016. p.147.

¹⁴⁰ Ibid. p.144, ver em: INRA. “Estado del Proceso de Saneamiento a 10 años de vigencia de la Ley 1715”, de 2006

¹⁴¹ Ibid. p. 145

A titulação individual da propriedade foi essencial para inserção das terras agricultáveis no mercado de terras, tendo em vista que as TCOs e a propriedade comunitária são áreas fora do comércio, que não podem ser vendidas ou dadas em garantia, assim como para permitir o acesso das terras por companhias estrangeiras. Como é proibida a venda ou cessão de terras públicas à estrangeiros na Bolívia, o programa de digitalização e titulação privada individual das terras fiscais (seja pequenas, médias ou grandes) foi o primeiro passo para tornar possível a entrega, seja por meio da venda ou contrato, das terras ao capital estrangeiro, e portanto, constituir a zona especial de investimento do agronegócio sobre a Chiquitania.